



PARECER PRÉVIO Nº68/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11228/2014.

Apensos: Processo nº 10449/2014, 10317/2013 e 10542/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Airão

4- Exercício: 2013

5- Responsáveis: LINDINALVA FERREIRA SILVA (Prefeito Municipal)

6- Unidade Técnica: DICAMI, DICREA, DICOP

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3838/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Novo Airão. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais. Determinação.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais da Sra. Lindinalva Ferreira Silva, Prefeita Municipal de Novo Airão, no exercício de 2013, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, resultado de atos dolosos que caracterizam improbidade administrativa.

9.2. Determina à Câmara Municipal de Novo Airão o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas da Sra. Lindinalva Ferreira Silva, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio.

10- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de Novembro de 2016



PARECER PRÉVIO Nº68/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº68/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 68/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11228/2014.

Apensos: Processo nº 10449/2014, 10317/2013 e 10542/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Airão

4- Exercício: 2013

5- Responsáveis: LINDINALVA FERREIRA SILVA (Ordenador de Despesa)

6- Unidade Técnica: DICAMI, DICREA, DICOP

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3838/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Novo Airão. Exercício de 2013.

Recomendação. Ofício. Irregularidade. Multa. Determinação. Determinação. Ofício. Notificação. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Recomendar** à Câmara Municipal de Novo Airão que, no que se refere o § 5º, do art. 127, da Constituição Federal, considere a ex-Prefeita Sra. Lindinalva Ferreira Silva, EM ALCANCE no valor de **R\$98.124,31**.
- 9.2. Oficiar** à Prefeitura Municipal a fim de que inicie os devidos procedimentos para a devolução imediata aos cofres municipais, tendo em vista que, no julgamento das contas da gestora, a Prefeita, Sra. Lindinalva Ferreira Silva foi julgada em ALCANCE, no valor de **R\$ 98.124,31**.
- 9.3. Julgar irregular** a Prestação de Contas de responsabilidade da ordenadora de despesas, Sra. Lindinalva Ferreira Silva, responsável pela Prefeitura Municipal de Novo Airão, no curso do exercício de 2013, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições



ACÓRDÃO Nº68/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 68/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.4. Aplicar Multa a Sra. Lindinalva Ferreira Silva no valor de **61.377,76** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas a seguir. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias aos cofres estaduais as multas aplicadas nos itens abaixo, autorizando-se desde já o setor responsável deste Tribunal a proceder a execução deste título (art. 71, §3º, CRF/88), encaminhando-se, se for o caso as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral do Estado, tão logo transcorrido o prazo para a interposição de eventuais recursos ou adotado decisão terminativa.

9.4.1 - No valor de **R\$ 43.841,28**, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em decorrência das irregularidades descritas nos itens **17, 21, 27, 29.2, 29.5, 29.6, 29.7, 29.9, 31.2, 31.3, 31.4, 31.5, 31.7, 31.15, 33.1, 33.2, 33.3, 33.4, 33.5, 33.6, 33.7, 36.2, 36.3, 36.4, do Relatório/Voto;**

9.4.2 - No valor de **R\$ 9.864,27** fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por inobservância dos prazos legais para remessa ao Tribunal dos documentos referidos nos itens **9** supra, relativos aos NOVE meses do exercício financeiro;

9.4.3 - no valor de **R\$ 1.096,03** fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por inobservância dos prazos legais para remessa ao Tribunal dos documentos referidos nos itens **31.14** do Relatório/Voto, relativo à ausência de do envio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2013;

9.4.4 - no valor de **R\$ 4.384,12**, com fulcro no art. 54, III da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, V, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal por ato de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificados danos ao erário conforme descrito neste Voto e no Relatório Conclusivo nº 006/2016-DICOP (fls.1175/1201), pelas Carta – Contrato nº 004/2013-PMNA, Carta – Contrato nº 003/2013-PMNA, Termo De Contrato nº 003/2013-PMNA e Carta-Contrato nº 008/2013-PMNA;

9.4.5 - no valor de **R\$ 2.192,06** na forma do art. 308, I “a” da Resolução nº 04/2002 c/c art. 54, IV da Lei nº 2.423/1996, pelas



ACÓRDÃO Nº68/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 68/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

razões especificadas nos itens **29.8, 31.8, 31.9, 31.10, 31.11, 31.12**
31.13 do Relatório-Voto.

- 9.5. Determinar** à origem, devido as impropriedades encontradas na Prestação de Contas do Município de Novo Airão, exercício 2013, de responsabilidade da Sra. Lindinalva Ferreira Silva:
- a) Que cumpra o disposto nos artigos 31 e 74, da CF/88 e art. 76, da Lei nº 4.320/64, visando implementar e fomentar o Controle Interno;
 - b) Que cumpra o disposto no art. 48, caput c/c o art. 73-B, ambos da LC 101/2001;
 - c) Que cumpra o disposto no art. 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64;
 - d) Que cumpra o disposto no art. 259 e art. 260, *caput* e II, §2º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
 - e) Que cumpra o disposto no art. 70 e 71, III da Constituição Federal/88;
 - f) Que cumpra o disposto na Lei nº 12.305/2010, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos;
 - g) Que alimente o sistema SAP, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 16/2009-TCE/AM;
 - h) Que se cumpra o disposto no art. 14 da LC n.º 101/00 c/c art. 142, parágrafo único da Lei n.º 5.172/1966 (Código Tributário Nacional).
 - i) Que adote medidas para criar e efetivar um sistema de controle de frota, visto que as atividades de gestão e fiscalização são finalísticas da Administração e relacionado à boa administração da coisa pública;
 - j) Que cumpra as exigências da Lei nº 8.666/93, especificamente quanto à hipótese excepcional de contratação por inexigibilidade de licitação.
 - l) Que os tributos arrecadados a título de competência tributária própria do município de Novo Airão – ISS, IPTU, ITBI e outros – ingressem em contas específicas para cada tributo, conforme dispõe o art.8º da Lei nº 4.320/64.
 - m) Que o IPVA recebido em transferência possua codificação individualizada para cada uma das exações, de forma que permitam, por meio da verificação do extrato bancário, discriminá-los e quantificá-los, conforme prevê o art.8º da Lei nº 4.320/64.
- 9.6. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção - Dicami, *in loco* no Município de Novo Airão:
- a) Verifique se ainda há contratados oriundos da contratação temporária advinda do Edital nº 001/2013-SEMED, no quadro da administração pública municipal de Novo Airão;
 - b) Averigue se há a comprovação da quitação perante a justiça do trabalho dos valores pagos em favor da Exequente Sra. Vânia do



ACÓRDÃO Nº68/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 68/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

Nascimento Linhares, em virtude da restrição **29.10**, supra.

c) Verifique se os extratos e demonstrativos referentes as documentações elencadas nas impropriedades listados nos itens **31.2, 31.3, 31.4, 31.5** do Relatório/Voto encontram-se regularizadas, de acordo com a legislação pertinente.

- 9.7. Oficiar** o Ministério Público Estadual, no sentido de que sejam **encaminhadas** as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão da Prestação de Contas do Município de Novo Airão, exercício de 2013, de responsabilidade da Sra. Lindinalva Ferreira Silva, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei.
- 9.8. Notificar** a Sra. Lindinalva Ferreira Silva com cópia do Relatório/Voto, e do Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.
- 9.9. Arquivar** os processos anexos, são eles: 10449/2014; 10542/2013, uma vez que as matérias tratadas nos mesmos, já foram analisadas nesta Prestação de Contas.

10- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de Novembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 7

ACÓRDÃO Nº68/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 68/ 2016 – TCE – Tribunal Pleno)